



**Plano  
de  
Desenvolvimento  
Social  
Concelho de  
Castelo de Paiva**

**SETEMBRO 2003**



## Índice

<b>I – Introdução</b>	<b>2</b>
<b>II – Metodologia</b>	<b>10</b>
<b>III – Estrutura do PDS</b>	<b>11</b>
<b>IV – Implementação e fortalecimento de dinâmicas de interajuda</b>	<b>13</b>
<b>Capítulo I</b>	
- Eixo I – Influir activa e preventivamente sobre populações vulneráveis à pobreza e à exclusão social	14
- I-a) Dependências (tabagismo/alcoolismo/droga)	18
- I-b) Deficiência	22
- I-c) Formação Profissional (competências pessoais e sociais)	24
- Eixo II – Melhorar a qualidade de vida das comunidades locais	26
- II-a) Habitação Social	28
- II-b) Direitos das Crianças e Jovens	30
- II-c) Pessoas em situação de carência económica	33
- II-d) Baixos rendimentos da população idosa	36
- Eixo III – Fomentar a transição para a vida activa, empregabilidade e a iniciativa económica	38
- III-a) Escolaridade obrigatória	40
- III-b) Qualificação profissional	42
- III-c) Tecido empresarial	44
<b>Capítulo II – Acções transversais à implementação do PDS</b>	<b>46</b>
<b>V – Conclusão</b>	<b>48</b>



## **Introdução**

A pobreza e a exclusão social não são fenómenos novos, nos últimos anos estas problemáticas têm estado no centro das análises científicas e políticas e levaram a inúmeros projectos e iniciativas tanto públicas como privadas com vista à sua erradicação.

A exclusão social não se reduz apenas a rendimentos insuficientes, ou à não participação na vida activa, as suas causas são múltiplas e manifestam-se em diversas áreas como: a habitação, a educação, a saúde, o acesso aos equipamentos e serviços...

A transformação dos modelos familiares, a alteração do quadro de valores, a reconfiguração das instituições de enquadramento dos indivíduos, bem como das identidades pessoais e de grupo faz crescer determinadas categorias sociais mais vulneráveis à situação de pobreza e exclusão social, designadamente, crianças em risco, idosos isolados, dependentes de substâncias psicoactivas, alcoólicos, etc.

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) gravita em torno de problemáticas com carácter pluridimensional, nomeadamente a pobreza e a exclusão social. Os resultados do Diagnóstico Social colocaram ênfase problemático nestas questões; estas, são problemáticas que estão instaladas um pouco por todos os locais e que são necessárias erradicar, ou pelo menos minorar as suas consequências negativas para as pessoas que por elas são abrangidas.

Tendo por base uma das premissas da Rede Social: “(...) erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social e a promoção do desenvolvimento social” e os resultados do Diagnóstico Social orientamos as nossas intervenções para o solucionamento de problemáticas definidas e direccionadas para a população pobre e/ou excluída. O objectivo final de todo o processo da Rede Social é a integração da população na sociedade, erradicando ou minorando as situações de pobreza e /ou exclusão social.

A pobreza é uma situação de privação, persistente e grave, relativamente à satisfação de uma ou mais necessidades básicas tal como estas se exprimem numa dada sociedade, destacando-se entre elas a alimentação, o vestuário, a habitação e as respectivas condições de utilização, os consumos essenciais, o apoio social, a saúde, o emprego e até determinados consumos de carácter extraordinário. A pobreza absoluta determina-se a partir de um limiar mínimo abaixo do qual a existência biológica está ameaçada. O pobre é então aquele que não pode obter os bens de primeira necessidade (alimentação, alojamento, vestuário). A exclusão



social é um fenómeno mais abrangente do que a pobreza. A exclusão social traduz-se pela ausência de vários tipos de poder: económico, de decisão, de influência e de participação na vida da comunidade em exercício pleno dos direitos e deveres de cidadão. “ O excluído não é só pobre do ponto de vista material, mas tem de viver com a incerteza do amanhã, com fracos meios de poder e de pressão e com o desprezo dos outros e de si próprio.” A exclusão social é uma situação de perda dos vínculos sociais e de não participação mais genérica na sociedade, traduzindo-se na falta de “lugar” face às oportunidades oferecidas pela sociedade.

Os contornos da exclusão são difíceis de situar, de tal forma são diversas as suas fontes: pode ser-se excluído do emprego (os desempregados de longa duração), da educação (os iletrados), do alojamento (os sem domicilio fixo), da saúde (deficientes, doentes mentais, etc.) ou de justiça (detidos), etc. O que a coloca actualmente no centro do debate social, é o aparecimento de novas formas de pobreza ligadas ao mercado de trabalho e ao enfraquecimento dos elos sociais. O termo exclusão ultrapassa o aspecto puramente económico da pobreza, para pôr em relevo o seu carácter pluridimensional. Ele reflecte-se na fragilização dos laços familiares e sociais e na não participação na vida comunitária.

A pobreza transforma-se em exclusão quando o nível de recursos é muito baixo para que o indivíduo ou a família participem realmente na vida social. A pobreza surge então com um afastamento que tem sempre um carácter multidimensional. A exclusão do modo de vida dominante faz-se através de uma acumulação de limitações na maior parte dos domínios da vida social: problemas de saúde, de alojamento, fracasso escolar, dificuldade de inserção profissional...

A exclusão social pode ser entendida como a fase extrema do processo de marginalização, entendido este como um percurso descendente ao longo do qual se verificam sucessivas rupturas na relação do indivíduo com a sociedade. Um ponto relevante desse percurso corresponde à ruptura relativamente ao mercado de trabalho, que se traduz em desemprego ou mesmo em desligamento irreversível face a esse mercado.

A integração dos indivíduos na sociedade pode ser analisada tendo por base dois eixos: o da sua relação com o emprego e a protecção social, por um lado, e o da sua relação com a família e os outros grupos de pertença, civis ou políticos, por outro. Porque aquilo que, nas nossas sociedades, cria o elo social “são as trocas que nascem da colaboração no trabalho em comum, e as que se estabelecem no interior da família e por ocasião de relações sociais



mais amplas.”<sup>1</sup> Tem-se assistido no decurso destes últimos tempos, à verificação simultânea de uma crise de emprego, da desinstitucionalização da família, que enfraquece as solidariedades familiares, e o declínio de diferentes formas de participação social tradicionais (pertença a uma comunidade religiosa, etc...).

“Nunca se é pobre por ter pouco dinheiro; é-se desprovido de recursos ou de rendimentos porque, sem saúde, ocupação remunerada, instrução, relações e capital negociável ou intransmissível, não se pode fazer valer os direitos sobre outrem, sobre o trabalho dos outros.”

O Diagnóstico Social permitiu-nos direccionar o Plano de Desenvolvimento Social (PDS) para estas problemáticas; a superação da pobreza e/ou integração social dos excluídos torna-se difícil tendo em conta que nos encontramos perante problemas com carácter pluridimensional tanto a nível de causas, efeitos e soluções.

O nosso grande objectivo é a minoração da pobreza, exclusão social e a promoção da integração social de uma franja da população. O que é a integração social?

É o ajustamento de grupos e indivíduos de forma a permitir um funcionamento harmonioso do conjunto da colectividade com o mínimo de tensões e de conflitos, quer à escala colectiva, quer à escala individual. A socialização é um processo de adaptação do indivíduo à sociedade, mas a assimilação de comportamentos considerados como “normais” nunca é total, o que corresponde a uma maior ou menor integração do indivíduo na sociedade. O indivíduo está bem integrado quando a sua participação nos grupos sociais se faz sem muitas dificuldades, isto é, quando ele partilha dos sistemas de valores da colectividade e assume correctamente os seus papéis.

Subjacente às problemáticas centrais – pobreza/exclusão social – encontramos uma série de outras problemáticas/factores que contribuem para a sua instalação e/ou manutenção. Assim sendo, para que consigamos contribuir para a minoração das problemáticas temos que tentar solucionar uma série de problemas que se encontram subjacentes.

Os factores sociais correlacionam-se de tal modo uns com os outros que acabam por dar azo ao aparecimento de uma teia complexa de problemas da qual se torna complicado a libertação.

---

<sup>1</sup> D. Schnapper, 1996



Tendo por base o Diagnóstico Social vamos tentar visualizar a teia de problemas e o ciclo vicioso que acaba por se instalar em torno destas problemáticas, dificultando em muito a saída desse ciclo.

A grande maioria da população possui níveis de escolaridade baixos. A falta de motivação e o gosto pelos estudos tem certamente a ver com uma opacidade de que a escola e a utilidade da formação escolar se revestem para estes meios sociais, e relaciona-se com o ambiente familiar em que, por vezes, pouco ou nada se incentivam as actividades culturais. Normalmente, o capital cultural de uma família vai condicionar o capital cultural dos filhos, isto é, um pai que possui um baixo capital cultural tem tendência (embora existam situações em que não se verifica) a exigir menos do seu filho em termos do sucesso escolar, do que um pai com um capital cultural alto. O meio social em que se inserem os alunos também é uma condicionante para o insucesso escolar.

Associado aos baixos níveis de escolaridade encontramos a falta de formação e qualificação, o que inibe a inserção das pessoas no mercado de trabalho, como também o interesse da parte dos empresários na contratação desta mão-de-obra. Os baixos níveis de habilitações e qualificações da população e a escassez de oferta de mão-de-obra qualificada são condicionantes a uma integração plena na sociedade. Estas características peculiares inibem a empregabilidade das pessoas, pois encontramos-nos face a um défice estrutural de qualificações que advém de um défice de instrução.

A falta de emprego ou de inserção laboral em áreas menos qualificadas deve-se em muito à inexistência de uma formação sedimentada e que acompanhe a evolução da sociedade moderna. Outra questão que merece interesse é a baixa mobilidade das pessoas, que se recusam a sair da área de residência para encontrar um emprego. Este fenómeno atinge em maior volume as mulheres, pois muitas destas nunca tiveram uma experiência profissional fora do domínio doméstico, ou ligado ao sector agrícola. Também como justificação da desinserção laboral alegam a dificuldade de transportes, assim como a dificuldade de encontrar onde deixar os filhos.

O desemprego acarreta a inexistência de rendimento ou rendimentos insuficientes. Esta situação pode dar azo a uma multiplicidade de problemas que acabam por colocar as pessoas numa situação de pobreza. O trabalho dá aos indivíduos um rendimento, um estatuto, a actualização das suas competências profissionais e proporciona-lhes redes de socialização.



Na sociedade actual existe uma dependência face ao trabalho, não apenas para obter sustento, estatuto e capacidades de trabalho, mas também para se relacionar e estabelecer laços sociais com o mundo que é circundante. O emprego não deixa de revestir uma grande importância no quadro de formação das identidades individuais e familiares, no acesso a recursos, a redes, à habitação, à educação, e a muitos outros factores que tendem a condicionar o posicionamento dos indivíduos numa sociedade. A inexistência prolongada de trabalho pode rotular o indivíduo e, também o indivíduo se pode rotular a si próprio. O desemprego de longa duração, com um peso considerável no conjunto da população desempregada, é gerador de graves carências sociais. Aos problemas económicos derivados da prolongada ausência de emprego, da diminuição dos rendimentos quando se passa de um salário para o subsídio de desemprego e do facto de muitos desempregados não beneficiarem desse subsídio, associam-se frequentemente perturbações psicológicas, resultantes da diminuição das competências sociais, da progressiva diluição de hábitos e laços sociais e, ainda, de degradação da auto-estima e do prestígio que sofre o indivíduo desempregado.

A falta de rendimentos pode dar azo à inexistência de condições de habitabilidade. Perante uma situação de ausência das condições mínimas de conforto e habitabilidade, normalmente associadas a baixos níveis de instrução e qualificação profissional, e baixos rendimentos provenientes do trabalho, as pessoas sentem-se incapazes de planear o seu próprio futuro e o dos seus filhos, preocupando-se mais com questões imediatas, como meios capazes (nem sempre formais/legais) de assegurar a sobrevivência do agregado. Neste quadro de existência, as questões relacionadas com o planeamento familiar e escolaridade dos filhos são postas um pouco à margem, pelo que, estes agregados desenvolvem um estilo de vida próprio, que os identifica e marginaliza perante a sociedade geral.

Actualmente existem uma série de políticas sociais (Rendimento Social de Inserção, Prestações de Desemprego, etc.) que instituem a concessão de subsídios às famílias que cumpram os requisitos para essa atribuição. No concelho evidencia-se a existência do fenómeno de subsídeodependência, isto é, as pessoas não possuem escolaridade nem qualificação, logo sentem dificuldades em se inserir no mercado de trabalho; a não efectivação da inserção corresponde à inexistência de rendimentos o que dá azo ao aparecimento da subsídeodependência.



As políticas sociais instituídas originam, em determinados casos, uma acomodação por parte dos beneficiários dos rendimentos. Não tentam solucionar os problemas que deram azo à necessidade de apoio, mas preferem permanecer na mesma situação. Este facto acaba por os colocar em situação de pobreza e pode mesmo originar a exclusão social, isto porque, os rendimentos monetários, na sociedade actual, não são os únicos factores que contribuem para uma integração social efectiva.

Este conjunto de condicionalismos: baixa escolaridade, baixa qualificação, falta de emprego, baixos rendimentos, subsídeodependência e acomodação acabam por originar um ciclo vicioso do qual se torna difícil sair. Tendo em conta, a existência deste ciclo instituído em algumas das famílias do concelho ou em início de instituição, pretendemos colocar em prática uma série de iniciativas que contribuam para o rompimento deste ciclo.

A erradicação da pobreza, que acaba por atingir com diferentes graus de intensidade estes actores sociais, não é um fenómeno simples e não passa pelo apoio monetário estatal, mas sim por uma intervenção na cultura dominante o que se torna num processo moroso e complicado. A interiorização de um modo de vida é difícil de ser alterada. A quebra do ciclo vicioso da reprodução das múltiplas privações que inviabilizam a autonomização dos cidadãos, não pode deixar de implicar a implementação de programas de desenvolvimento global que integrem diferentes acções nos mais variados domínios (emprego, cultura, educação, habitação), sem descurar a necessária implicação dos indivíduos nas decisões e acções a desenvolver. Por exemplo: quando o nível de instrução e qualificação profissional não são levados em consideração, os eventuais melhoramentos a nível de habitação não irão traduzir uma emancipação social efectiva.

Também apontamos uma área problemática em termos económicos, isto é, o tecido empresarial pouco dinamizado e revitalizado condiciona as possibilidades de inserção. A revitalização do tecido empresarial é um meio para a integração social, há um entrecruzamento entre o social e o económico que podem promover o desenvolvimento social do concelho.

O solucionamento de problemas sociais não se limita à resolução de questões concretas, mas sim ao solucionamento articulado entre várias problemáticas, à multidisciplinaridade e complementaridade.



Segundo Bruto da Costa<sup>2</sup>, quando se aborda a pobreza e a exclusão no sentido da sua erradicação, devem surgir esforços múltiplos em diversas direcções, nomeadamente a nível pessoal, local e nacional. A nível pessoal, deve existir no pobre uma intenção de “reabilitação” nos aspectos em que está mais marcado pela pobreza. Só quando esta disposição pessoal for cumprida, é que outras futuras intervenções poderão dar os resultados desejados (como por exemplo, a correcta gestão das prestações pecuniárias atribuídas). A nível local, devem ser mobilizados os recursos e potencialidades existentes (humanos, materiais, institucionais, etc...) na luta contra a pobreza e exclusão. A nível local, torna-se mais fácil obter um conhecimento mais real da verdadeira dimensão dos problemas. Os agentes de acção local, deverão identificar os problemas cuja origem e solução possam ser enquadradas a nível local, daqueles que são apenas manifestações locais de problemas nacionais.

A nível nacional, existem problemas que têm origem em mecanismos ou políticas nacionais; e só a este nível poderão ser resolvidos. Até porque a acção local tem limites. Estes níveis de acção e intervenção, apontam para a existência de uma rede nacional de protecção social, nomeadamente contra problemas como a pobreza e a exclusão social.

É comum distinguir-se entre bem-estar social, como o total de bem-estar fornecido por determinada sociedade e bem-estar público, como o bem-estar fornecido pelo Estado através das políticas sociais. Paralelamente à noção de bem-estar social, surge a ideia dos diferentes tipos de solidariedade que fundamentam as políticas sociais. Existe um tipo de solidariedade, que através da intervenção do Estado - nação, é convertida em direitos económicos e sociais. Por outro lado, surge um tipo de solidariedade social, originada quer na sociedade civil, quer no Estado, que se manifesta não através da garantia de direitos, mas através do exercício da caridade ou da assistência, ainda que se encontre limitada pelos recursos, benevolência ou generosidade de quem a presta.

Em Portugal, mais significativo do que o fraco Estado – Providência é a existência de uma forte sociedade – providência que colmata em parte as deficiências da providência estatal, uma sociedade organizada de maneira informal segundo modelos tradicionais de solidariedade social. “Entendo por sociedade – providência as redes de relações de

---

<sup>2</sup> 1998:54



interconhecimento e de ajuda mútua baseadas em laços de parentesco, de vizinhança e comunitários, através dos quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e segundo uma lógica de reciprocidade que se aproxima da relação de dom.”<sup>3</sup>

“Pobreza e exclusão social são, nos nossos dias, problemas que contribuem para a desigualdade de situações, constituindo-se em apelos para permanentes contributos (ideias, experiências e políticas) para que tais situações e processos possam ser combatidos.” É este o objectivo do Plano de Desenvolvimento Social (PDS), contribuir para a atenuação da pobreza uma vez que a sua erradicação é praticamente inviável. “A pobreza é por natureza, um fenómeno pluridimensional e as suas raízes mergulham fundo na estrutura da sociedade, no tipo de organização sócio-económica do país – tudo factores que se não compadecem com as abordagens episódicas, parciais e superficiais que tem merecido entre nós.”<sup>4</sup> O círculo vicioso de pobreza e de exclusão social, é algo difícil de romper e só o interesse e o envolvimento de todos e de cada um é capaz de desenvolver medidas eficazes para a erradicação destes abomináveis problemas sociais e para a contribuição de uma maior qualidade de vida no concelho. A finalidade deste plano de intervenção organizado de acordo com esta lógica subjacente (fio condutor) é a constituição de uma rede de solidariedade que contribua para a melhoria da qualidade social no concelho, assim como para o desenvolvimento social integrado do mesmo.

Consciente de todas as alterações da sociedade moderna, a Rede Social de Castelo de Paiva propõe-se a desenvolver iniciativas no sentido de criar condições que favoreçam o bem-estar da população em geral, particularmente a mais desfavorecida, combatendo assimetrias, orientando e acompanhando indivíduos e/ou famílias com vista à erradicação e/ou atenuação da pobreza e/ou exclusão social e à promoção do desenvolvimento social local numa perspectiva integrada, em que o envolvimento e a participação da população e das entidades se tornam veículos fundamentais.

O privilégio da componente social em todo o processo de desenvolvimento concelhio é o objectivo do Plano de Desenvolvimento Social da Rede Social de Castelo de Paiva.

---

<sup>3</sup> Santos, 1995:64.

<sup>4</sup> COSTA, A. B. *et. al.*, 1985, A Pobreza em Portugal, Lisboa, Caritas, p.17.



## **II – Metodologia**

A validade dos resultados obtidos justifica-se através da metodologia utilizada. Um bom método, ou antes, um método adequado permite-nos a validação dos resultados alcançados.

O Plano de Desenvolvimento Social, é um planeamento estratégico de intervenção social que visa a promoção do desenvolvimento; os principais eixos de intervenção foram retirados das conclusões do Diagnóstico Social. Podemos dizer que o Conselho Local de Acção Social (CLAS) priorizou as problemáticas de acordo com o grau de problematicidade e de acordo com as possibilidades existentes de potencialização dos recursos endógenos.

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) é o resultado de uma série contínua de reuniões entre o Grupo Técnico Multidisciplinar, os restantes parceiros do CLAS e demais entidades intervenientes. Para além destas, foi elaborada uma reunião entre a Equipa da Rede Social do Instituto de Solidariedade e Segurança Social (ISSS) e o Grupo Técnico Multidisciplinar para analisar conjuntamente o Plano de Desenvolvimento Social.

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) não pode ser considerado um documento acabado e de aplicação rígida, ele não é estanque no tempo, nem no espaço, mas sim um documento flexível que pode ser complementado por novas intervenções.

Este modelo não foi definido à priori, mas é sim o resultado de uma série contínua de Reuniões de Trabalho com os parceiros do CLAS de Castelo de Paiva e com outras entidades privadas com fins lucrativos que estabeleceram parcerias de acção, numa iniciativa específica, sem visarem qualquer tipo de lucro. Deste modo, podemos dizer que o Plano de Desenvolvimento Social não é um documento que resulta de um trabalho individual, mas sim de um trabalho colectivo e contínuo.

As grandes linhas orientadoras encontram-se definidas no Plano de Desenvolvimento Social (PDS) e serão definidas posteriormente em termos de acções concretas no Plano de Acção.



### **III – Estrutura do PDS**

O Plano de Desenvolvimento Social é o *“Instrumento da metodologia de implementação do Programa Rede Social em que se definem os objectivos e as estratégias, capazes de responder às necessidades e aos problemas individuais e colectivos prioritários. O PDS é o instrumento no qual se concebe e desenvolve o quadro estratégico de intervenção do desenvolvimento social concelhio considerando e gerindo as possibilidades, os recursos, mas também as fragilidades das diferentes medidas e políticas no terreno, das acções dos diversos sectores e das dinâmicas locais.”*

Este Plano resulta do Diagnóstico Social que nos permitiu identificar as potencialidades e os constrangimentos existentes no Concelho. Deste modo, podemos dizer que o Plano de Desenvolvimento Social só é compreensível à luz do Diagnóstico Social, na medida em que foi este que nos permitiu identificar as principais problemáticas que afectam o Concelho.

O objectivo principal do PDS é contornar, na medida dos possíveis os constrangimentos detectados no estudo anteriormente elaborado.

O PDS é norteado por um fio condutor que abrange todas as iniciativas propostas: Implementação e fortalecimento de dinâmicas de interajuda e solidariedade para a constituição de um concelho marcado/imbuído de qualidade social. O PDS encontra-se estruturado em torno de três eixos de intervenção:

Eixo de Intervenção I: Influir activa e preventivamente sobre populações vulneráveis à pobreza e à exclusão social;

Eixo de Intervenção II: Melhorar a qualidade de vida das comunidades locais;

Eixo de Intervenção III: Fomentar a transição para a vida activa, empregabilidade e a iniciativa económica.

Para concretizar estes eixos foram detectadas uma série de problemáticas específicas e algumas possíveis intervenções articuladas entre si que nos permitirão contribuir para a melhoria da qualidade social do concelho.



## Plano de Desenvolvimento Social 2003 - 2006

Fio Condutor	Eixos de Intervenção	Problemáticas
Implementação e fortalecimento de dinâmicas de inter ajuda e solidariedade para a constituição de um concelho marcado/imbuído de qualidade social.	I. Influir activa e preventivamente sobre populações vulneráveis à pobreza e à exclusão social.	Dependências (Tabagismo/Alcoolismo/Droga)
		Deficiência
		Formação/competências pessoais e sociais
	II. Melhorar a qualidade de vida das comunidades locais.	Habitação Social
		Direitos das crianças e jovens
		Pessoas em situação de carência económica
		Baixos rendimentos da população idosa
	III. Fomentar a transição para a vida activa, a empregabilidade e a iniciativa económica.	Escolaridade Obrigatória
		Qualificação Profissional
Tecido Empresarial		



**IV - Implementação e Fortalecimento de Dinâmicas de Interajuda e Solidariedade para a constituição de um concelho marcado/imbuído de qualidade social.**



## Capítulo I

### EIXO DE INTERVENÇÃO I:

#### **Influir activa e preventivamente sobre populações vulneráveis à pobreza e à exclusão social;**

*“ Porque os excluídos não são simplesmente rejeitados fisicamente (racismo), geograficamente (gueto), ou materialmente (pobreza). Eles não são simplesmente excluídos das riquezas materiais, isto é, do mercado e da sua troca. Os excluídos são-no também das riquezas espirituais: os seus valores têm falta de reconhecimento e estão ausentes ou banidos do universo simbólico. ”<sup>5</sup>*

A problemática da pobreza, remete para as condições de existência, que de alguma forma se traduzem em situações sociais de carência e exclusão.

A exclusão, abrange a vida de um indivíduo em toda a sua dimensão. Trata-se de um processo degenerativo, que funciona como um desencaixe em relação aos sistemas sociais básicos, responsáveis pela ligação intrínseca do indivíduo à sociedade a que pertence. Ao falar-se em exclusão remete-nos a ideia de rejeição, de desigualdade. No entanto, nem sempre a desigualdade é geradora de pobreza. De facto, esta só se converte em pobreza, quando gera a exclusão de alguns indivíduos dos padrões de vida, costumes, valores e actividades próprios de uma sociedade.

A pobreza é caracterizada por uma situação de carências várias, mais precisamente nos domínios básicos da existência, como seja: a quebra dos laços familiares, a precariedade do habitat, a existência de problemas de saúde ou de dependência de determinados vícios (álcool, droga, jogo), desemprego e uma fraca dieta alimentar.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Xiberras, 1993: 18,19.

<sup>6</sup> Baptista et al., in Cadernos de Sociologia – problemas e práticas, 1995: 42.



Normalmente, este tipo de carências não aparece isoladamente, mas antes tende a desencadear outro tipo de privações e de falta de recursos noutros domínios da vida, sob a forma de novas carências, num sistema de círculo vicioso. A repercussão em cadeia destas carências, bem como o tempo a que as pessoas lhes ficam sujeitas, estão directamente relacionadas com o género de exclusão que se esbate sobre as suas vidas.<sup>7</sup>

Sempre existiu pobreza, (como também sempre existiram formas de exclusão) mas nem sempre esta apareceu associada à noção de exclusão. De facto, os servos do Antigo Regime, eram pobres, mas encontravam-se integrados numa comunidade. Isto porque eles eram filhos de pobres, nasciam pobres e eram aceites como tal, uma vez que tinham uma função social útil, que era a de servir. No entanto, nas sociedades modernas, todo o processo de modernização, desencadeou novas situações de vulnerabilidade e exclusão, originando menor flexibilidade de resposta, por parte de vários sectores da população. Ou seja, não apenas nas flutuações da conjuntura económica, mas também nas variáveis culturais, relacionadas com as mudanças de valores e de estilos de vida, que acompanham o crescimento dos níveis de escolarização, dos novos meios de comunicação e do crescente intercâmbio internacional.<sup>8</sup>

Deste modo pobreza e exclusão, tendem a aparecer não raro, como conceitos indissociáveis. Manuela Silva<sup>9</sup> diz que “ a pobreza é um estado de “exclusão”, definido em relação a um padrão de vida, socialmente determinado (...) ”. A pobreza tende para a exclusão, sempre que, os pobres (e as situações de carência a que se encontram sujeitos) são vistos pelos outros, ou pelos próprios (auto-exclusão) como motivo de rejeição, de desencaixe em relação aos padrões de vida gerais praticados na comunidade a que pertencem.

Segundo a definição política de pobreza estabelecida em 1974, pelo Conselho de Ministros da CEE-10, designou-se como pobres “os indivíduos ou famílias cujos recursos são tão escassos que os excluem do modo de vida mínimo aceitável no Estado membro em que vivem.”<sup>10</sup> Também aqui, está patente a ligação entre os dois conceitos.

---

<sup>7</sup> Costa et al., 1985: 22.

<sup>8</sup> Almeida et al., 1994: 10.

<sup>9</sup> in *Cadernos das Ciências sociais*, 1994: 119.

<sup>10</sup> Costa, 1998: 13.



Ao falar de pobreza, fica subjacente determinado tipo de carência (habitação, emprego, alimentação), determinado grau de abrangência, uma vez que a pobreza tende a expandir-se para os mais diversos domínios da vida (por exemplo, uma situação de desemprego, pode representar a incapacidade de pagar a renda da casa e a compra de bens alimentares). Associado à noção de pobreza está ainda o tempo de duração das situações de privação e de falta de recursos. De tal modo que quanto mais tempo o indivíduo estiver sujeito à situação de pobreza, maior será o tempo de duração das situações de privação e de falta de recursos. De tal modo que quanto mais tempo o indivíduo estiver sujeito à situação de pobreza, maiores serão as sequelas a nível dos comportamentos e atitudes e menores serão as expectativas em relação ao futuro; de tal forma que a “reabilitação” do indivíduo será também mais difícil.

Bruto da Costa<sup>11</sup> refere-se à exclusão social “ (...) como a fase extrema do processo de <<marginalização>>, entendido este como um percurso <<descendente>>, ao longo do qual se verifica sucessivas rupturas na relação do indivíduo com a sociedade”. Este tipo de << marginalização descendente >> tem na sua origem, carências várias provenientes de uma determinada situação de pobreza.

Apesar de intimamente associadas, pode-se considerar que a pobreza pode ser vista como mais ligada a aspectos distributivos (de bens materiais), ao passo que a exclusão social está mais próxima de aspectos *relacionais* (lado das relações sociais)<sup>12</sup> Ao ligar o conceito de pobreza ao processo de exclusão social, importa apontar as diversas carências, como factores potenciadores de exclusão social. Deste modo, ao aparecerem novos tipos de pobreza monetária, analfabetismo... surgem também novas formas de exclusão que abrangem uma população em idade activa e seu agregado familiar, num contexto de mutações sociais e económicas de relevo.

Na sociedade actual, os padrões de vida passam em muito pelo consumismo e pelo culto do “Eu”, logo, existe uma tendência para excluir todos aqueles que não vão de encontro a esta lógica de individualismo e de consumo. Por conseguinte, o pobre, torna-se alguém que é rejeitado, marginalizado dos mercados materiais e dos universos simbólicos.

---

<sup>11</sup> 1998: 11.

<sup>12</sup> Idem: 13.



A exclusão dos pobres é algo que não se faz só a *nível material*, uma vez que se tende a rotular o pobre pela maneira de se vestir, pelo que compra, (ou pelo que deixa de comprar) pelos locais que frequenta (ou pelo menos que deixa de frequentar), mas também a *nível social*. A este nível gera-se um percurso descendente de marginalização, destruindo as relações do indivíduo com a sociedade.<sup>13</sup>

Em todos os sistemas sociais surgem relações assimétricas, pela posse de certos recursos; que determinando a possibilidade de entrar na posse, ou de ser excluído, dos recursos (económicos, culturais, sociais e simbólicos) “ (...) são responsáveis pela produção e reprodução de uma multiplicidade de hierarquias: sistema de emprego; sistema educativo; habitat e sistema de protecção social”.<sup>14</sup>

Se é verdade que a pobreza pode originar formas diversas de exclusão, será pois, importante promover a “coesão do laço social”, apostar em medidas de prevenção contra a pobreza e implantar uma política económico-social de inserção.

---

<sup>13</sup> Roca, 1998: 128.

<sup>14</sup> Queiroz et al., in *Cadernos de Ciências Sociais*, 1996: 8.



## **I. a.) Dependências (tabagismo, alcoolismo e drogas)**

Todos nós conhecemos indivíduos que num dado momento alteram o seu comportamento considerado como “normal” e deixam-se monopolizar por um objecto único e constante a obter.

A evolução natural dos factos pode levar a que a pessoa e o seu “objectivo” formem uma relação estreita, de modo que exista a necessidade de repetir, cada vez com maior frequência, este comportamento, perdendo inclusive o controlo e procurando a mesma situação relacional apesar de isso lhe produzir efeitos negativos. O surgimento desta situação leva-nos a concluir que aquela pessoa se converteu num dependente daquele objecto.

Em todos os tipos de dependência encontramos uma série de condições comuns:

- Preocupação intensa e contínua que leva à obtenção ou aquisição do objecto do qual se é dependente. Esta preocupação impera sobre todas as outras e afecta não apenas os actos, mas também os pensamentos, convertendo-se no principal e mais importante.

- Uma actuação repetitiva, que leva a reproduzir actos para obter o objecto, inclusive contra a própria vontade e apesar de lhe ocasionar problemas. Existe uma grande resistência a alterar o comportamento.

- É habitual que a pessoa recaia de novo nestes comportamentos apesar de ter decidido acabar com eles e apesar de conhecer os efeitos e resultados negativos que lhe acarretarão.

Na vida quotidiana temos ao alcance de qualquer um numerosas substâncias que podem criar dependência: álcool, tabaco, alguns fármacos. Contudo, o contacto com elas e, inclusive, o seu consumo ocasional, não tem necessariamente de se converter em dependência se o seu consumo for controlado.

Estabelecendo uma ligação com o Diagnóstico Social Concelhio podemos dizer que a problemática das dependências existe no Concelho e não deve ser descurada, contudo a sua visibilidade não se encontra fundamentada, na medida em que o conhecimento existente é o resultado da percepção que é obtida através dos Técnicos que fazem trabalho de campo.

Deste modo, pretendemos intervir nestas áreas de um modo conciso e definido. A prevenção e recolha de informação é o cerne das acções que nos propomos desenvolver, pois



“se é verdade que a prevenção deve ir ao encontro das necessidades e dos desejos dos destinatários, também o é que a intervenção deve garantir o bem – estar, o prazer e a realização dos intervenientes. A prevenção começa em nós e na forma como lidamos com a realidade, o prazer e a frustração que, enquanto modelos, transmitimos aos jovens formas alternativas de abordar o dia-a-dia. A intervenção global deve envolver não só o jovem como um todo, mas também o meio onde ele vive e ainda ter em atenção o agente de acção preventiva, o seu equilíbrio, o seu estilo próprio, o seu prazer”<sup>15</sup>.

**Problema 1** – Pessoas com dependência face ao tabaco

**Problema 2** – Pessoas com dependência face ao álcool

**Problema 3** – Pessoas com dependência de drogas

**Impacto** – Em 2006 verifica-se uma alteração nos estilos de vida da comunidade em relação às dependências.

**Objectivo Geral** – Até 2006, ter no concelho mecanismos que nos permitam o tratamento e recuperação de pessoas com dependência, assim como de prevenção junto da comunidade educativa.

**Mecanismos de prevenção:**

Tabagismo: 2 acções de sensibilização (uma por agrupamento escolar em cada ano a partir do ano lectivo 2003/2004);

Alcoolismo: 2 acções de sensibilização (uma por agrupamento escolar em cada ano a partir do ano lectivo 2003/2004);

Drogas: 2 acções de sensibilização (uma por agrupamento escolar em cada ano a partir do ano lectivo 2003/2004).

---

<sup>15</sup> MELO, Raul António Soares de, “Metodologias de Intervenção na Prevenção Primária da Toxicodependência” in Presidência do Conselho de Ministros, Regime Geral da Política de Prevenção Primária das Toxicodependências – Documentos (Discussão Pública 10 de Junho – 10 de Agosto), p.51.



**Mecanismos de tratamento e recuperação:**

Tabagismo e alcoolismo: Consultas

Drogas: Encaminhamento para tratamento no Centro de Apoio a Toxicodependentes de Santa Maria da Feira e/ou Aveiro.

**Objectivo Específico:**

- Em Junho de 2004 existe uma equipa de alcoologia e uma equipa de tabagismo no concelho, que permitem o tratamento e recuperação dos seus utentes;
- A partir do ano lectivo de 2003/2004 os alunos do 2º e 3º ciclos e secundário são abrangidos por acções de sensibilização (são organizadas duas acções por cada tipologia de dependência);
- Em Dezembro de 2005, a equipa de alcoologia recuperou 50% dos seus utentes;
- Em Dezembro de 2005, a equipa de tabagismo acompanhou com sucesso a recuperação de 50% dos seus utentes;
- Em Dezembro de 2005, foram encaminhados 90% dos toxicodependentes atendidos no Centro de Saúde de Castelo de Paiva;

**Resultados:**

- Em 2006, 80% da comunidade educativa foi alvo de acções de esclarecimento sobre as problemáticas das dependências;
- Em 2006 está ao alcance de toda a população dependente de tabaco, álcool e drogas a possibilidade de tratamento/recuperação através das equipas de tabagismo e alcoologia e do encaminhamento para os CATs.

**Actividades:**

1 - Até Junho de 2004 são criadas uma equipa de alcoologia e uma equipa de tabagismo;

**Entidade Responsável:** Centro de Saúde de Castelo de Paiva

2 - A partir de Julho de 2004 há consultas de tabagismo e alcoologia no Centro de Saúde.



**Entidade Responsável:** Centro de Saúde Castelo de Paiva

**3** - A partir do ano lectivo 2003/2004 realizam-se campanhas de sensibilização à comunidade educativa

**Entidade Responsável:** Centro de Área Educativa Entre Douro e Vouga (Agrupamento de Escolas e Jardins-de-Infância do Couto Mineiro do Pejão, Agrupamento Vertical de Castelo de Paiva)



## I. b.) Deficiência

A cidadania plena e a qualidade de vida das pessoas com deficiência, implica a sua participação a todas os níveis da comunidade e o seu exercício da cidadania activa, no quadro de uma sociedade inclusiva, de igualdade de oportunidades, de não discriminação e de equidade.<sup>16</sup>

A participação efectiva dos deficientes na sociedade encontra-se constringida pela própria sociedade, na medida em que se criam representações sociais e estigmas, assim como pelo desconhecimento existente relativo a esta problemática. Este desconhecimento contribui para que as políticas sociais no âmbito da deficiência sejam parcas, assim como os equipamentos de apoio a este tipo de população.

Para se proceder à elaboração de um programa de intervenção nesta área é necessário um conhecimento detalhado acerca da mesma, assim como a ultrapassagem ou atenuação dos preconceitos e representações associadas à deficiência. Só após o estudo detalhado e integrado é possível o estabelecimento de políticas de intervenção integradas e sustentadas que visem a integração sócio – profissional do deficiente.

Combater a exclusão social da pessoa com deficiência é o principal objectivo destas acções. “ Todos nós somos candidatos a deficientes”.

**Problema** – Desconhecimento da problemática da deficiência, o que impede uma intervenção concertada ao nível da empregabilidade.

**Impacto** – Em Dezembro de 2006 existe um conhecimento técnico acerca da problemática da deficiência, que permite minorar as assimetrias no que concerne à igualdade de oportunidades no acesso à cidadania e ao emprego das pessoas portadoras de deficiência passíveis de integração no mercado de trabalho

---

<sup>16</sup> Relatório de Actividades 2002 – Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, p. 3.



**Objectivo Geral** – Em Dezembro de 2006 há um acréscimo de 20% na empregabilidade de pessoas portadoras de deficiência.

**Objectivo Específico** – Em Dezembro de 2004, existe um estudo/diagnóstico pormenorizado acerca da deficiência que permite intervenções direccionadas para a empregabilidade deste público-alvo.

- Em 2005 existe mecanismos de integração profissional (Formação Profissional e divulgação de incentivos à contratação) para pessoas portadoras de deficiência.

**Resultado** – Em Dezembro de 2006 existe maior equidade no acesso às oportunidades de emprego.

### **Actividades**

**1** - Em Dezembro de 2004 está concluído o estudo/diagnóstico concelhio sobre a deficiência.

**Entidade Responsável:** Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Paiva

**2** – Em Junho de 2006 existe formação profissional destinada a este grupo alvo.

**Entidade Responsável:** Instituição Particular de Solidariedade Social

**3** – A partir de Janeiro de 2004, há acções de divulgação dos incentivos à integração profissional das pessoas portadoras de deficiência.

**Entidade responsável:** Câmara Municipal de Castelo de Paiva



## **I. c.) Formação Profissional (competências pessoais e sociais)**

Competência é a capacidade de agir e reagir de forma apropriada perante situações mais ou menos complexas, pela mobilização e combinação de conhecimentos, atitudes e procedimentos.

Competência social é sinónimo de afirmação de si; pode ser descrita como o conjunto de comportamentos emitidos por um indivíduo, num contexto interpessoal, que expresse sentimentos, atitudes, desejos, opiniões, direitos... de um modo adequado à situação, respeitando as condutas dos demais e que resolva problemas imediatos, minimizando a probabilidade da sua futura ocorrência. As competências sociais devem permitir o desenvolvimento pessoal e social na concretização de relações intra e interpessoais satisfatórias, tendo em conta os comportamentos, os sujeitos e as situações no interior de cada cultura.

Na escola adquirem-se as competências básicas para a socialização permanente, isto é, para a consolidação de culturas resistentes à exclusão, assentes em atitudes proactivas e capazes de reinventar a cada etapa novos e mobilizadores papéis sociais. Denotámos que as trajetórias de vida de alguma população concelhia passaram ao lado desta aquisição o que contribui directamente para a baixa escolaridade, baixa mobilidade sectorial e espacial. Estes constrangimentos transformam-se em barreiras ao contacto efectivo com a realidade social.

O Diagnóstico Social revelou-nos a existência de uma multiplicidade de constrangimentos à inserção sócio-profissional de uma franja de população residente no concelho. As competências pessoais e sociais pouco latentes inibem a empregabilidade dos indivíduos. Com o objectivo de promover a participação cívica e o exercício da cidadania efectiva, pretendemos propor iniciativas que visem a aquisição e/ou melhoria das competências pessoais e sociais dos grupos mais desfavorecidos. Estas iniciativas contribuem para o desenvolvimento da auto-estima, a inserção social e profissional e a melhoria das competências pessoais das pessoas abrangidas, ficando o acesso à empregabilidade mais facilitado. É de extrema valia permitir aos indivíduos a aquisição e desenvolvimento de competências de vida que permitam às pessoas compreender e participar na sociedade, mobilizando através delas o saber, e o ser e o saber resolver os problemas com que o mundo



actual em mudança as confronta.

**Problema** – Pessoas residentes no concelho sem competências pessoais e sociais que lhes permitam uma plena integração sócio-profissional, tornando-as assim, um público vulnerável à exclusão social.

**Impacto** – Em Dezembro de 2006, 20% das pessoas estão dotadas com as competências básicas (pessoais e sociais) facilitadoras da sua integração social.

**Objectivo Geral** – Até 2006 existe um plano de formação integrado que abarca as especificidades deste público-alvo.

**Objectivo Específico** – A partir de 2004, este público-alvo tem a possibilidade de ser integrado em acções de formação direccionadas para a aquisição das competências pessoais/sociais.

**Resultado** – Em 2006, há um acréscimo de mais duzentas pessoas dotadas das competências pessoais/sociais básicas para uma integração social.

#### **Actividades**

**1** – Até Dezembro de 2003, é feita a sensibilização a todas as entidades do CLAS para a apresentação de candidaturas à medida 5 do POEFDS.

**Entidade Responsável:** Grupo Técnico Multidisciplinar

**2** - Em 2004 inicia-se cursos de formação direccionados a pessoas sem competências pessoais e/ou sociais.

**Entidade Responsável:** Instituição Particular de Solidariedade Social



## **EIXO DE INTERVENÇÃO II.:**

### **Melhorar a qualidade de vida das comunidades locais**

O alcance deste objectivo é para nós um contributo simbólico para a melhoria das condições de vida das comunidades locais que nos permite promover acções concertadas e integradas de modo a que contribuam para a melhoria da qualidade de vida. Tentamos a dinamização de intervenções integradas de desenvolvimento local com vista à promoção da cidadania através do desenvolvimento comunitário.

Através do Diagnóstico Social concluímos que existem no concelho muitos agregados familiares vulneráveis à pobreza e às suas consequências, sendo o garante das condições mínimas um dever das políticas sociais instaladas no terreno.

Tendo por base o autor Bruto da Costa, na luta contra a pobreza é importante optar por uma “perspectiva curativa”. Esta perspectiva baseia-se num tipo de intervenção que tem de resolver três tipos de problemas característicos das situações de pobreza. Um desses problemas é a privação, enquanto situação de carências. O segundo dos problemas é as consequências da pobreza, no que diz respeito às “perdas” psicológicas e sociais, aos hábitos e comportamentos, etc.... O último dos problemas a resolver para que de facto se consiga erradicar a (s) situação (ões) de pobreza, diz respeito às causas de pobreza, como sejam: a falta de habitação, o desemprego, doenças e problemas conjugais e/ou familiares (que tanto podem ser causas como o resultado das situações de pobreza). Esta perspectiva curativa atribui um peso significativo à intervenção local no conhecimento, eficácia e eficiência resolutiva das situações de pobreza e exclusão que vão surgindo. Ou seja, estas medidas de erradicação de pobreza e exclusão, constituem formas de promover a inserção, a inclusão dos indivíduos. O autor explica que o nível local de intervenção é particularmente rico em recursos (materiais, humanos, institucionais e outros) e potencialidades. A maior facilidade em criar o sentimento de “causa comum” a nível local proporciona um elemento fundamental



para o êxito de qualquer projecto de luta contra a exclusão social. De facto, surgem inúmeros problemas cujas causas e consequências se revelam a nível local. Deste modo, e desde que existam recursos e meios político – legais para o fazer, torna-se mais eficaz procurar soluções de âmbito local. A acção da Rede Social norteia-se pelo pensamento deste autor.

Através de acções simples pretendemos contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais ao nível mais básico da sobrevivência e a outros. Concluimos que os laços de entreajuda e as formas de solidariedade locais e familiares têm um peso considerável no amortecimento da vulnerabilização à pobreza, constituindo uma dimensão relevante de desenvolvimento social.



## II. a.) Habitação Social

A habitação social ou habitações de custos controlados são habitações promovidas com o apoio financeiro do Estado e constituem um importante instrumento de política social.

Através do conhecimento da realidade social concelhia e dos resultados do Diagnóstico Social podemos dizer que esta área de intervenção se encontra pouco desenvolvida, o que contribui directamente para situações de pobreza.

A habitação é um bem essencial à sobrevivência quotidiana do ser humano, de tal modo que constitui um indicador indirecto das desigualdades sociais existentes. Hoje em dia quando se fala em pobreza e exclusão social, tem-se em mente a problemática da habitação. Quer se trate de falta de casa (situação de sem-abrigo), ou de precariedade habitacional, a verdade é que o alojamento subjaz todo o enquadramento económico, relacional e cultural de vida dos indivíduos. É sabido que, de modo geral, as más condições de habitação geram tensões dentro do próprio agregado familiar. As más condições habitacionais podem surgir como consequência de situações de pobreza; no entanto podem estar também na origem de toda uma série de tensões psicológicas e de insegurança que podem desencadear rupturas familiares e a perda de emprego, gerando assim, uma situação de privação por falta de recursos (pobreza).

As autarquias podem desempenhar um papel primordial na satisfação das carências básicas, designadamente das necessidades habitacionais. A sua implementação geográfica fica descentralizada, a sua relação directa com as populações e a sua natureza de detentores directos de alguns meios e recursos de promoção habitacional, confere-lhes um estatuto de relevo no combate às principais carências e privações dominantes (nomeadamente as habitacionais e as relacionadas com o emprego e a qualificação profissional).

**Problema:** - Inexistência de Habitação Social disponível para arrendamento.

**Impacto:** - Até 2006, há projectos direccionados para a construção de habitação social para arrendamento.



**Objectivo Geral:** - Até 2006 há nas entidades responsáveis uma maior sensibilidade para a problemática da Habitação Social e, conseqüentemente, um maior empenho em levar a cabo acções concretas.

**Objectivo Específico:** - Em 2005, as entidades responsáveis têm conhecimento das necessidades de habitação social para arrendamento.

**Resultado:** - Em 2006 é conhecida a realidade concelhia referente à necessidade de habitação social para arrendamento, permitindo às entidades o conhecimento concreto e objectivo para novas linhas de actuação.

#### **Actividades**

**1** – Em Dezembro de 2005 está concluído um estudo/diagnóstico sobre a habitação social para arrendamento no Concelho.

**Entidade Responsável:** - Câmara Municipal de Castelo de Paiva

**2** – Em Janeiro de 2006, é feita uma sessão de apresentação dos resultados do estudo.

**Entidade Responsável:** - Câmara Municipal de Castelo de Paiva



## **II. b.) Direitos das Crianças e Jovens**

O desenvolvimento da sociedade moderna originou desequilíbrios sócio-económicos que deram azo ao aparecimento de situações de pobreza. Estas situações atingem muitos agregados familiares. O modo de vida de muitas crianças excede o limiar do permitido pela sociedade moderna, pois são socializadas de um modo disforme das normas da sociedade. A socialização é um processo contínuo através do qual a criança vai interiorizando normas e valores que começam a nortear as suas acções. Sendo assim, uma criança que convive no seio de uma família problemática pode vir mais tarde a ter reflexos das vivências passadas. Sabemos que a infância é um estágio humano que marca o desenvolvimento/crescimento da criança e pode ser responsabilizada pelos comportamentos em idade adulta.

O acompanhamento das crianças e jovens por parte dos actores sociais mais velhos é de extrema valia para um crescimento saudável. A família constitui a principal instância de socialização e a sua acção reconhece-se primordial para a estruturação ulterior da personalidade. É no quadro do meio familiar que se forja o sistema de disposições a partir do qual serão filtradas todas as outras experiências de vida social. Esta acção preponderante da família explica-se por três factores essenciais: primeiro, ela acontece desde a 1ª idade de vida, no momento em que a personalidade da criança é mais maleável; depois, ela é particularmente intensa devido aos contactos quotidianos entre filhos e pais; por fim, ela desenrola-se num clima afectivo que torna a criança particularmente receptiva a novas aprendizagens. As relações no seio da família são bastante influenciadas pelos sentimentos pessoais a fim de permitir à criança aprender as regras gerais que a sociedade exige dela.

Por vezes o processo de socialização acontece de modo desvirtuado, desequilibrado. Nestes casos as crianças encontram-se vulneráveis, na medida em que o seu principal agente de socialização não se encontra em equilíbrio.

O crescimento/desenvolvimento de um ser humano em conformidade com as normas (direitos e deveres) da sociedade actual deve ser respeitado e procurado pelas famílias ou por outrem.



O Diagnóstico Social revelou-nos que no concelho existe um número significativo de crianças que abandona a escola. Este abandono pode correlacionar-se com uma série de factores: desinvestimento familiar, inadequação dos conteúdos programáticos, necessidades económicas, etc...

Relativamente às crianças ainda concluímos, através do Diagnóstico e de uma análise da realidade social concelhia, que a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ) é uma infraestrutura necessária.

Com a evolução da sociedade torna-se importante promover os direitos das crianças e dos jovens do concelho e prevenir ou pôr termo, a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação e desenvolvimento integral.

Quando falamos de crianças e jovens em perigo referimo-nos a cidadãos que vivem completamente alienados dos seus direitos fundamentais, assim como dos seus deveres, com quadros familiares psicológicos disfuncionais de extrema desagregação, e muitos deles irreversíveis em termos de estabilidade. Muitos deles nunca tiveram oportunidades para promover e explorar todas as suas potencialidades enquanto crianças/jovens, assim como iniciar e descobrir toda a sua componente corporal de uma forma saudável, adequada e que se insira nos parâmetros do seu desenvolvimento.

Temos que ter consciência que as crianças são os adultos de amanhã.

**Problema:** - Aumento do número de crianças e jovens vítimas de quaisquer formas de exploração ou abuso.

**Impacto:** - A partir de 2006, estão criadas as condições para o restabelecimento dos direitos das crianças e jovens em risco.

**Objectivo Geral:** - Em 2006, estão implementadas as medidas de promoção e protecção das crianças e jovens em risco, proporcionando-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem – estar e desenvolvimento integral.

**Objectivo Específico:** - Em 2004 está dinamizada a CPCJ e os programas Educação/Formação adequados ao garante dos direitos das crianças e jovens em risco.



**Resultado:** - Em 2006 as situações sinalizadas de exploração e abuso estão encaminhadas e acompanhadas criando-se assim as condições que permitem o restabelecimento dos direitos das crianças e jovens em risco.

### **Actividades**

**1** – Em 2004 está criada a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ)

**Entidade Responsável:** - Câmara Municipal de Castelo de Paiva

**2** – Em 2004 estão implementadas actividades para combater o abandono escolar no Concelho.

**Entidade Responsável:** - Centro de Área Educativa Entre Douro e Vouga (CAE)



## **II. c.) Pessoas em situação de carência económica**

Na sociedade actual existe desequilíbrios sócio – económicos que são o resultado da modernização, do crescimento económico e, concomitantemente, do não acompanhamento da evolução da sociedade por parte de algumas franjas da população. Podemos dizer que a pobreza é um fenómeno que faz parte integrante da sociedade actual; abrange franjas significativas da população, pelo que se torna urgente encontrar formas que contribuam para a sua erradicação.

No contexto da evolução económico – social de um país, ocorrem por vezes alguns desequilíbrios que provocam o aparecimento de grupos de pessoas cujos recursos materiais, culturais e sociais, por não acompanharem os níveis médios de comunidade, geram situações humanas de pobreza e exclusão inaceitáveis. As políticas governamentais e os meios colectivos existentes devem ser mobilizados no sentido de combater estas situações.

Diariamente somos confrontados com famílias que não possuem rendimentos suficientes para fazer face às despesas do agregado familiar, denotando-se uma incapacidade económica.

O Diagnóstico Social permitiu-nos ter conhecimento de determinadas problemáticas de um modo mais claro, nomeadamente, a existência de um número significativo de beneficiários de Rendimento Mínimo Garantido que acabam por não conseguir uma inserção efectiva, na medida em que as respostas sociais existentes não são suficientes para as solicitações, o que contribui para que permaneçam agrilhoados a uma prestação pecuniária e não se integrem totalmente na sociedade; a existência de um elevado número de pensionistas e a existência de agregados familiares pobres que não se conseguem desencarcerar do ciclo de pobreza que acompanha a sua família.

Tendo em conta que a pobreza é um problema multifactorial, que depende de muitos condicionantes para a sua superação, a Rede Social tenta criar formas que contribuam para uma melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, no que respeita à satisfação das suas necessidades essenciais e progressiva inserção laboral, social e comunitária.



**Problema:** - Cidadãos vulneráveis às situações de pobreza e exclusão social.

**Impacto:** - Em 2006 verifica-se uma crescente melhoria na qualidade de vida dos cidadãos, no que respeita à satisfação das suas necessidades essenciais e progressiva inserção laboral, social e comunitária.

**Objectivo Geral:** - Em Dezembro de 2006, os cidadãos e os seus agregados familiares dispõem de mecanismos que lhes asseguram os recursos para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social e profissional.

**Objectivo Específico:** - Em Junho de 2004, 20% da população carenciada, tem acesso a bens essenciais, nomeadamente ao nível de medicação e roupas, bem como de integração sócio-profissional.

**Resultado:** - Em 2006, verifica-se que 20% da população carenciada vê melhorada a sua qualidade de vida.

### **Actividades**

1 – Em 2004 existe cursos de formação profissional direccionados para esta população alvo.

**Entidade Responsável:** - Instituição Particular de Solidariedade Social

2 – Em 2005 é criada uma Empresa de Inserção no Concelho.

**Entidade Responsável:** - Instituição Particular de Solidariedade Social

3 – Em 2004 as farmácias locais disponibilizam medicamentos gratuitamente a pessoas carenciadas devidamente identificadas e encaminhadas.



**Entidade Responsável:** - Câmara Municipal de Castelo de Paiva

4 – Em 2004 está criado um mecanismo que assegura o acesso a vestuário e afins às pessoas carenciadas, devidamente identificadas e encaminhadas.

**Entidade Responsável:** - Câmara Municipal de Castelo de Paiva



## II. d.) Baixos rendimentos da população idosa

“Desafios e oportunidades que o envelhecimento da população representa para as sociedades actuais e na necessidade de a transformação mundial a que se assiste, deve ser acompanhada por medidas e políticas integradas dando às pessoas idosas a capacidade e o direito de participarem plenamente nas decisões que afectam as suas vidas, aumentando a consciência internacional sobre estes objectivos no sentido de promoção de uma maior solidariedade intergeracional e de construção efectiva de uma sociedade para todos, permitindo que todas as pessoas possam envelhecer com segurança e dignidade.”<sup>17</sup>

As iniciativas que nos propomos realizar visam contribuir, ainda que modestamente, para uma melhoria das condições de vida desta classe etária; dar aos cidadãos mais idosos uma participação mais activa na vida em sociedade. Precisamos de dar ao idoso um meio para ser mais participativo na sociedade e para exercer plenamente os seus direitos.

A redução de alguns encargos financeiros é importante, principalmente quando a pensão mensal auferida é de baixo valor e já se encontra com um destino efectivo.

“O idoso é em primeiro lugar um cidadão” e no âmbito do dia do idoso surge a ideia de conceder este apoio aos mais velhos.

**Problema:** - Dificuldade de aceder a determinados bens e serviços por parte da população com idade igual ou superior a 65 anos.

**Impacto:** - Em Dezembro de 2006, a população idosa verifica melhoria na sua qualidade de vida.

**Objectivo Geral:** - Em Dezembro de 2006 está implementada uma política local para a terceira idade centrada na valorização social da pessoa.

---

<sup>17</sup> PEREIRA, Fernando Jorge Micael, s.d., “Envelhecimento em Debate” in *Pretextos*, Abril 2002, IDS, p. 45.



**Objectivo Específico:** - Em Dezembro de 2004, os idosos podem usufruir de descontos no acesso a determinados bens e serviços.

- Em Dezembro de 2004 os idosos têm ao seu dispor uma equipa de acompanhamento 24h por dia.

**Resultado:** - Em 2006, a população idosa acede com maior facilidade a determinados bens e serviços, melhorando assim a sua qualidade de vida.

### **Actividades**

1 – Implementação do Cartão III.

**Entidade Responsável:** - Câmara Municipal de Castelo de Paiva

2 – Implementação de uma Rede de Cuidados Continuados Concelhia.

**Entidade Responsável:** - Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Paiva



## **EIXO DE INTERVENÇÃO III:**

### **Fomentar a transição para a vida activa, a empregabilidade e a iniciativa económica.**

“Num contexto de forte competição internacional em que os governos tendem a privilegiar os sectores mais competitivos da economia e a penalizar os sectores mais tradicionais ou menos preparados, tende a desenvolver-se uma sociedade dual em que uma parte da população perdeu a sua utilidade social e permanece ignorada. Deste modo, constata-se uma vulnerabilização dos trabalhadores menos qualificados e menos escolarizados e a consequente exclusão de franjas significativas da população do mercado de emprego. Assim, o crescimento do desemprego e, sobretudo, o desemprego de longa duração, está associado ao baixo nível de qualificações profissionais e às dificuldades de reconversão profissional que caracterizam a situação de muitos trabalhadores.”<sup>18</sup>

Tal como constatamos no Diagnóstico Social a formação e qualificação da maioria da população activa do concelho é baixa, o que inibe a sua inserção no mercado de trabalho, assim como o interesse da parte dos empresários na contratação desta mão-de-obra. Os baixos níveis de habilitações e qualificações da população geral e a escassez de oferta de mão-de-obra qualificada constituem cada vez mais um factor determinante de pouca atractibilidade para localização empresarial. Assim, tal como referimos no Diagnóstico Social, o sucesso de qualquer estratégia de atracção de investimentos empresariais em Castelo de Paiva está indexada à capacidade de contornar as carências de oferta, habilitação e qualificação do mercado de trabalho.

A grande maioria da população possui níveis de escolaridade baixos o que lhe condiciona o tipo de trabalho para que se encontra habilitada. Como tentativa de solucionar este problema, deveria garantir-se o acesso universal e contínuo à aprendizagem, com vista à

---

<sup>18</sup> CAPUCHA, Luís Manuel Antunes *et.al.*, DEZ. 1998, Grupos Desfavorecidos Face ao Emprego – Tipologias e Quadro Básico de Medidas Recomendáveis, (Estudos e Análises: 8), Lisboa, Gráfica Sacavanense, Lda, p. 13.



aquisição e renovação das competências necessárias à participação sustentada na sociedade do conhecimento. O acesso à formação deveria ser generalizado, designadamente à formação contínua por parte de todos os trabalhadores.

Face aos baixos níveis de habilitações e de qualificação da maior parte da população activa impõe-se promover um reforço das medidas de promoção de educação/formação ao longo da vida.

O “Direito ao trabalho que para todos os indivíduos deve ser igualmente alcançável. Para exercer o seu direito ao trabalho, os indivíduos têm que, em primeiro lugar ter consciência deste direito, em segundo lugar estar preparados para o exercer. É aqui que entra a acção do Estado. As políticas e medidas desenvolvidas pelo Estado neste âmbito devem ser no sentido de colmatação de diferenças, de modo a que, idealmente, todos os indivíduos se encontrem em igualdade na procura de um trabalho, nomeadamente em termos do seu potencial de empregabilidade.”<sup>19</sup>

Porque o emprego confere aos indivíduos reconhecimento e identidade social, cidadania, e a sua ausência determina perda de estatuto, de autonomia, de auto-estima, com o estabelecimento de sentimentos de inutilidade, de desadequação, de vergonha, de incertezas no futuro e de tendência ao isolamento; porque o desemprego é algo que extrapola o desempregado, envolvendo e atingindo os que os rodeiam – com degradação da vida familiar e relações sociais; porque procurar emprego leva tempo e pode ser uma actividade frustrante sobretudo se vivida isoladamente; porque o grupo funciona como um suporte, uma referência, e tem um objectivo multiplicador, então, trabalhando em conjunto, multiplicam-se as hipóteses de resolução dos problemas.

---

<sup>19</sup> Idem, p. 148



### III. a). Escolaridade Obrigatória

Às baixas habilitações possuídas pela população residente no concelho segue-se a iliteracia, na medida em que as pessoas deixam de ler seja o que for ou de lembrar o que aprenderam na escola. No concelho existe uma franja significativa de população que não se encontra capacitada para uma inserção, pois manteve-se alheada no tempo não acompanhando o desenvolvimento da sociedade. São pessoas passivas, que permanecem agrilhoadas aos modos de vida incutidos pelos familiares, não acompanhando o passar do tempo, não conseguindo assim, se necessário, reagir em situações diferentes das que estão habituadas. O excessivo controlo familiar e protecção inibe o desenvolvimento do ser humano que se pode transformar num ser introvertido e com receio de enfrentar situações adversas.

O objectivo da medida é criar um plano de formação que abranja a população mais desfavorecida ou em risco de exclusão, aquela população que de outro modo não tem acesso à formação, isto porque não possui a escolaridade obrigatória ou não tem conhecimento da existência da formação profissional. A finalidade das iniciativas é a construção conjunta de um plano de formação organizado, direccionado a um público específico e constituído por conteúdos programáticos simples e “à medida” do público-alvo.

**Problema:** - Abandono escolar sem conclusão da escolaridade obrigatória.

**Impacto:** - A partir de Dezembro de 2006, estão criadas as condições para que as pessoas estejam dotadas de escolaridade obrigatória.

**Objectivo Geral:** - Em Dezembro de 2006, estão negociadas opções (educação/formação para jovens e adultos) que possibilitam a todas as faixas etárias a conclusão da escolaridade obrigatória, facilitando-lhes assim a sua (re) inserção na vida activa.

**Objectivo Específico:** - A partir de 2004, estão a decorrer no concelho acções de Educação/Formação para Jovens.



- A partir de 2004, estão a decorrer acções de Educação/Formação para Adultos.

**Resultado:** - Em 2006 existe um maior número de pessoas dotadas de escolaridade obrigatória.

**Actividades:**

1 – Implementação de Cursos de Educação/Formação para Jovens.

**Entidade Responsável:** - Centro de Área Educativa Entre Douro e Vouga

2 – Implementação de Cursos de Educação/Formação para Adultos (EFA).

**Entidade Responsável:** - Câmara Municipal de Castelo de Paiva /Entidades Acreditadas

3 – Dar continuidade à itinerância do processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC)

**Entidade Responsável:** - Câmara Municipal de Castelo de Paiva



### III. b.) Qualificação Profissional

A formação e a qualificação da maioria da população activa do concelho é reduzida, o que inibe a sua inserção no mercado de trabalho, assim como o interesse de parte dos empresários na contratação desta mão – de – obra. Os níveis reduzidos de habilitações e qualificações da população geral e a escassez de oferta de mão-de-obra qualificada constituem cada vez mais um factor determinante de pouca atractibilidade para localização empresarial. Assim, o sucesso de qualquer estratégia de atracção de investimentos empresariais em Castelo de Paiva está indexado à capacidade de contornar as carências de oferta, habilitação e qualificação do mercado de trabalho.

O objectivo final desta iniciativa passa pela instituição de acções de formação qualificadoras.

**Problema:** - População activa sem qualificação profissional.

**Impacto:** - Em Dezembro de 2006, verifica-se maior número de mão-de-obra activa qualificada, facilitadora da sua empregabilidade.

**Objectivo Geral:** - Em 2006 estão garantidas as condições para reforçar a formação que confere qualificação profissional.

**Objectivo Específico:** - Em Dezembro de 2003 as entidades estão sensibilizadas para a apresentação de candidaturas a programas de formação.

- Em 2004 são apresentadas candidaturas ao POEFDS.

**Resultado:** - Em 2006, existe um maior número de pessoas com qualificação profissional.



**Actividades:**

1 – Realizam-se reuniões de trabalho com os parceiros para divulgação e sensibilização das possibilidades de candidatura.

**Entidade Responsável:** - Grupo Técnico Multidisciplinar

2 – Apoio na elaboração de candidaturas.

**Entidade Responsável:** - Grupo Técnico Multidisciplinar



### III. c.) Tecido Empresarial

Tal como o abordado no Diagnóstico Social o tecido empresarial concelhio é heterogéneo, existindo uma preponderância de micro e pequenas empresas de base familiar, nas quais o empresário acumula a maior parte das funções de chefia e gestão. Também existem empresas de maiores dimensões, com uma cultura empresarial pautada e orientada para a competitividade do mercado.

Na elaboração do Pré – Diagnóstico, o que se verificou também na elaboração do Diagnóstico Social, quando abordamos o tecido empresarial concelhio defrontamo-nos com um problema: tecido empresarial pouco caracterizado e falta de informações compiladas. A nosso ver estes factos são constrangimentos à promoção de acções eficazes e eficientes com vista à dinamização do tecido empresarial.

Com esta iniciativa, para além do tecido empresarial ser caracterizado também será lançado um conjunto de linhas orientadoras de intervenção/dinamização.

**Problema:** - Não há um conhecimento exaustivo relativamente ao tecido empresarial instalado no concelho, nomeadamente ao nível dos recursos humanos.

**Impacto:** - Em 2006, existe um conhecimento do tecido empresarial que permite a promoção de acções eficazes e eficientes com vista à sua dinamização.

**Objectivo Geral:** - Em 2006 estão criados os mecanismos de suporte (estudo pormenorizado e estratégia de intervenção para o desenvolvimento) para a dinamização do tecido empresarial de Castelo de Paiva.

**Objectivo Específico:** - Em Dezembro de 2003, estão criados os mecanismos de recolha de informação que possibilitam a realização do estudo/diagnóstico de caracterização do tecido empresarial de Castelo de Paiva.

- Em 2004 existe uma colaboração entre a empresa a quem foi adjudicado o estudo e a Rede Social para a concretização do mesmo.



**Resultado:** - Em Dezembro de 2006, existe um estudo/diagnóstico concluído sobre o tecido empresarial e um conjunto de linhas orientadoras de intervenção/dinamização.

**Actividades:**

1 – Elaboração e aplicação do Inquérito por Questionário dirigido aos empresários e comerciantes instalados no concelho.

**Entidade Responsável:** - Câmara Municipal de Castelo de Paiva



## **Capítulo II – Acções transversais à implementação do PDS**

O PDS encontra-se estruturado em torno de três eixos que são o alicerce de toda a estratégia de intervenção planeada com vista à promoção do desenvolvimento social.

Para a implementação efectiva do PDS pensamos ser necessário a concretização de acções transversais que muito contribuirão para a promoção efectiva das intervenções planeadas, nomeadamente o acompanhamento, monitorização e avaliação.

Todos nós, quando projectamos e colocamos em prática determinada intervenção de carácter social, que tem por objectivo gerar uma determinada mudança social, contribuindo para o solucionamento de um problema que foi identificado (por ex. a resolução de um problema de pobreza, prevenção das dependências, etc.) reflectimos sobre os procedimentos accionados e os resultados alcançados. Também a Rede Social, após a conclusão do Diagnóstico Social achou pertinente a existência de um acompanhamento e avaliação da execução do PDS, pois estas acções permitem-nos obter um feedback das actividades, do que foi planeado e da sua aplicação prática.

As intervenções de carácter social, e não só, pressupõem a activação de um dispositivo de acompanhamento, monitorização e avaliação das iniciativas / acções.

Acompanhar é funcionar como recurso técnico disponível para a ajuda à satisfação das necessidades dos vários grupos de trabalho; detectadas as necessidades ou problemas do projecto é necessário que exista uma equipa que ajude a solucionar-las.

A avaliação de acompanhamento é feita concomitantemente com a intervenção e questiona principalmente o que se refere à sua operacionalização e execução. Este tipo de avaliação permite a auto – correcção permanente do processo de intervenção visando a melhoria da sua eficácia e eficiência, bem como a adesão dos agentes envolvidos.

Por seu turno, a monitorização consiste num registo periódico e sistemático das informações. É necessário existir um feedback de informações acerca do que está a acontecer nos vários grupos. De certo modo, existe uma organização e devolução das informações aos parceiros; quando necessário e com base na monitorização pode ser feito um replaneamento das acções. O conhecimento por parte dos parceiros, das acções e estado em que se encontram contribui para o fortalecimento do grupo. Em termos genéricos, a monitorização é um procedimento que permite



acompanhar e controlar o processo de intervenção de forma a identificar eventuais desvios face ao previsto, através da utilização de um sistema de registo. Este controlo incide geralmente no cumprimento do calendário, na realização das acções definidas e na utilização dos recursos previstos. Por vezes, pode dizer respeito ao acompanhamento dos impactos de determinadas intervenções ou medidas.

A avaliação deve ser vista como um momento de reflexão importante e como um instrumento imprescindível para o planeamento das intervenções, identificando pontos de reorientação ou reforço das acções. Deve ser encarada como um instrumento fundamental de impacto nas futuras decisões relativas ao projecto, contribuindo para tornar mais transparente as intervenções e tornar possível a reaplicação das “boas práticas” na área da intervenção para o desenvolvimento social.

A avaliação sumativa elabora-se no final ou após o termo da intervenção e incide principalmente ao nível dos efeitos. É utilizada para realizar a análise da eficácia e eficiência de uma intervenção, realizando-se assim o seu balanço.

Em suma podemos referir que a avaliação se deve pautar pela objectividade, deve ser fundada na recolha sistemática de informação suficiente, socorrendo-se de métodos rigorosos para alcançar resultados válidos e fiáveis.

A avaliação pode fornecer, não só, a medida de respostas aos problemas identificados, como também importantes indicações sobre novos problemas que a intervenção gerou ou tornou visíveis.

Estas três etapas – acompanhamento, monitorização e avaliação – são de extrema valia para intervenções sociais pautadas pelo sucesso e importância para o desenvolvimento social. Qualquer projecto de intervenção sofre alterações ao longo da sua implementação, alterações estas que provêm das avaliações e acompanhamento por ele tido. Estas etapas são acções úteis porque melhoram o auto conhecimento dos dispositivos de intervenção, melhoram os processos de tomada de decisão que passam a assentar em mais e melhor informação, promovem uma cultura de diálogo e desenvolvem competências entre todas as pessoas envolvidas.



## **V - Conclusão:**

*“Pobreza e exclusão social são, nos nossos dias, problemas que contribuem para a desigualdade de situações, constituindo-se em apelos para permanentes contributos (ideias, experiências e políticas) para que tais situações e processos possam ser combatidos.”* É este o objectivo do Plano de Desenvolvimento Social (PDS), contribuir para a atenuação da pobreza uma vez que a sua erradicação é praticamente inviável. *“A pobreza é por natureza, um fenómeno pluridimensional e as suas raízes mergulham fundo na estrutura da sociedade, no tipo de organização sócio-económica do país – tudo factores que se não compadecem com as abordagens episódicas, parciais e superficiais que tem merecido entre nós.”*<sup>20</sup> O círculo vicioso de pobreza e de exclusão social, é algo difícil de romper e só o interesse e o envolvimento de todos e de cada um é capaz de desenvolver medidas eficazes para a erradicação destes abomináveis problemas sociais. Daqui ressalta a importância das parcerias estabelecidas no âmbito das iniciativas propostas no PDS.

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS), com um horizonte temporal de aplicabilidade de três anos, não é um plano estratégico inalterável, mas sim um plano passível de sofrer ajustamentos de acordo com as necessidades mais prementes do concelho. O principal objectivo do PDS é a construção e agilização de uma dinâmica social em constante movimento, articulada e contínua.

Para que seja possível dar continuidade a este projecto será necessário potencializar as parcerias já estabelecidas e activar novas parcerias de acção.

A activação deste plano pretende contribuir para a erradicação ou atenuação da pobreza e/ou exclusão social no concelho. A sua flexibilidade permite a inclusão de novas iniciativas e de novas parcerias, o que dá azo ao aparecimento de um PDS inacabado... esta flexibilidade é sinónimo de mudança e a mudança é sinónimo de desenvolvimento...

---

<sup>20</sup> COSTA, A.B. et. al., 1985, A Pobreza em Portugal, Lisboa, Caritas, p.17.